

Milagres e antimilagres

IGNÁCIO M. RANGEL

Que a economia nacional se desenvolva através de altos e baixos, é noção corrente, coisa arqui-sabida. Que essas flutuações tenham caráter cíclico, já não é tão fácil de perceber, principalmente se o indicador escolhido for o PIB, já que o setor "Serviços", que entra com mais da metade do peso na composição desse agregado, traz consigo itens enganadores, que crescem nos períodos de baixa e baixam nos de alta, mascarando assim os movimentos efetivos do sistema. Por outro lado, o setor "Agropecuário" está sujeito a flutuações que, embora com reflexos sobre a conjuntura, se originam de fatores climáticos, isto é, não-econômicos. Entretanto, isolando o setor "Indústria", a componente cíclica desses movimentos resalta facilmente.

Não obstante, fácil se torna, também, identificar essas flutuações com os timoneiros de plantão da economia, das finanças e da política nacionais. Tivemos, assim, o "milagre do Delfim" em princípios do decênio passado, como também um "antimilagre do Figueiredo-Delfim" no primeiro trigênio do presente decênio. Ora, uma lição de humildade, com o reconhecimento de que, se os homens fazem sua história, não o fazem de acordo com sua consciência dela, nos virá se compararmos nossas próprias flutuações econômicas nacionais com o que contemporaneamente se passa pelo resto do mundo.

Com efeito, o paralelismo entre o que se passava no Brasil, no mundo como um todo e nas diversas partes integrantes dele, por vezes revela-se óbvio. Como, por exemplo, ao longo do decênio encerrado em 1985. Se alguma coisa nos singulariza é o vigor de nossas flutuações, tanto para cima, como para baixo. Não o sentido ou sinal dos movimentos. Nem mesmo o "Mundo Socialista", com mais de meio século de planejamento, escapa a esta regra.

Dia virá em que conhecendo melhor a causação profunda dessas flutuações, conseguiremos reduzir e, afinal, suprimir, esses movimentos involuntários. Para isso, será mister pesquisar a operação do sistema,

formulando hipóteses que sirvam para pavimentar o caminho do planejamento. Ora, o planejamento é a encarnação do conceito platônico do rei-filósofo —ou do filósofo-rei. Noutros termos, não basta ter o poder para fazer o que é mister, nem simplesmente saber o que é mister fazer. As duas coisas —o poder e a sabedoria— devem coexistir nas mesmas pessoas. E isso é tão raro que, para todos os fins, podemos considerar involuntários os movimentos do sistema econômico, tanto no âmbito nacional, como no mundial.

Tanto para o Brasil, como para o "Mundo Socialista" (MS), o ano de

máximo crescimento (4,65% para o MS e 8,79% para o Brasil) foi o de 1985 e o "off peak" (1,70% para o MS e menos 11,11% para o Brasil) ocorreu em 1981. O crescimento médio para os sete anos, foi de um pouco mais de 2% para o Brasil e quase 4% para o MS. Noutros termos, as economias planificadas reduziram consideravelmente a amplitude de suas flutuações, comparativamente ao resto do mundo, especialmente ao Brasil, mas não chegaram a suprimir as ditas flutuações.

O caso é que, embora falemos abusivamente de planos e planejamentos, nossa economia desenvolve-se como se planejamento não

houvesse, a menos que nossos ensaios de planos contribuam, não para suprimir ou reduzir as flutuações econômicas, mas para agravá-las. O caso é que nossos planejadores conhecem muito mal nossa economia. Por exemplo, embora, pontualmente, nossa inflação se exacerbe nas fases recessivas, quando a demanda global é mínima, não falta quem recomende um pouco de recessão para combater a inflação. Consequentemente, é uma felicidade que o poder dos nossos reis-filósofos seja muito menor do que eles o supõem.

IGNÁCIO M. RANGEL, 73, é economista, ex-presidente do Conselho Regional de Economia (RJ), membro do Conselho Federal de Economia e autor do livro "A Inflação Brasileira".